

**EXALTAÇÃO DOS ELEITOS: A PROVÍNCIA DO CEARÁ NAS
ELEIÇÕES DAS DÉCADAS DE 1850 E 60 E SEUS AMÁLGAMAS SOCIAIS**

Bruno Cordeiro Nojosa de Freitas

RESUMO

Este artigo é fruto de pesquisa realizada a partir de fontes da época, como jornais, relatórios de presidentes de província, diários de viagem e cartas. Muito dessa pesquisa foi feita em instituições localizadas em Fortaleza: Setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Arquivo Público do Estado do Ceará e Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, além de sítios na Internet com material digitalizado disponível. O trabalho em questão diz respeito ao universo político e social da província cearense no que toca às eleições ocorridas por volta de 1860. Serão apresentados aqui fenômenos políticos mais abrangentes no país e que mantêm ligação com as estruturas específicas da província do Ceará.

Palavras-chave: Eleições; Política; Sociedade; Ceará; Século XIX.

INTRODUÇÃO

É comum, quando ouvimos a palavra “eleição”, vir-nos à mente uma série de propagandas veiculadas através dos meios de comunicação, em período e com horário específicos. Outra imagem também comum é encontrada nos discursos elaborados visando a atrair eleitores; há até mesmo comícios eleitorais com presença de shows. Mas essa espécie de organização em torno do voto está relacionada com o sistema político no qual vivemos hoje. Todos os cidadãos maiores de dezoito anos são obrigatoriamente eleitores e, por conseguinte, alvo das propagandas políticas referidas. Vivemos em uma democracia representativa, em que o sufrágio é universal. Mas, apesar de serem eleições com direito de voto estendido a todos, a maioria dos políticos é eleita, ainda, sob as facilidades do poder financeiro.

O presente trabalho, cujo objeto de análise são as eleições ocorridas no interior do Ceará, é fruto de uma reflexão sobre a configuração política e social do século XIX nesse estado. Como se pode ver no decorrer do artigo, as eleições aqui expostas abalaram a plena quietude de alguns cidadãos de uma forma peculiar, as quais explanei como situações-limite

desse contexto social no Ceará. Tais questões, contudo, não são puramente políticas em um sentido formal, nem puramente ideológicas. Portanto, faz também parte então trabalho uma confabulação entre a política e outros aspectos que estão inter-relacionados, sendo essa política, assim, um legítimo traço da sociedade cearense do período, com elementos que talvez estejam permanentes até os dias de hoje.

Como elemento central da pesquisa desenvolvida, discorri sobre determinadas eleições problemáticas que ocorreram por volta de 1860. A principal delas foi a eleição que deveria ter acontecido em 10 de setembro de 1860, na vila da Telha, atual Iguatu. Antes de detalhar os incidentes sucedidos, é importante perceber como se dá a problemática política no Ceará do período mencionado, algo que terá ligação direta com as eleições abordadas que, visivelmente, fugiram do rumo legalmente planejado. Logo de início, percebemos limitações quanto aos eleitores no sistema representativo vigente da época, os quais haveriam de ter renda específica declarada para que pudessem se envolver no processo eleitoral. Em posterior comentário (vide páginas 5 e 6), mostro que a inscrição de eleitores geraria, de ordinário, conflito de interesses e, não dificilmente, o aparecimento de ardilezas nesse procedimento.

Todavia, mesmo com a promulgação da Lei Saraiva em 1881, quando se deu a criação do “título de eleitor”, os principais problemas e vícios da anterior forma de sufrágio não foram resolvidos. A mencionada lei é responsável pelo estabelecimento do voto direto, porém ainda censitário com a criação de “cidadãos ativos”. Um dos problemas apontados, reconhecido por muitas fontes da época, e que muito tem a dizer sobre a política do período no Ceará, é o aliciamento de eleitores. Ora, o sistema representativo que vigorava no Brasil era assumidamente, por teóricos do liberalismo¹, voltado aos cidadãos que mais tinham a temer e a perder com oscilações de ordem econômica – oscilações estas que poderiam ser provocadas por fatores diversos, mas que haveriam de ser sanadas através da ação política. No caso do Ceará, esses cidadãos seriam especialmente os donos de terra.

O DEBATE DOS CÍRCULOS ELEITORAIS

O voto censitário nos mostra, de forma clara, por quem e para quem deveriam ser decididos os rumos políticos do país. Mas este estudo tem seus interesses voltados ao universo mais básico dessa política formal no Brasil, ou seja, à face eleitoral da política e suas respectivas disputas. No Ceará, tal nível básico, no ano de 1860, estava plenamente

relacionado ao poder das localidades. Com a criação dos círculos eleitorais na década de 1850, havia uma predominância das autonomias locais frente a um poder central das províncias. A discussão das autonomias era justamente o tema central da questão dos círculos. Havia uma noção de que a centralização das decisões e da representatividade nos centros urbanos e nas capitais estaria gerando uma segregação das “minorias locais”, enquanto o poder político se concentrava entre “as pessoas notáveis e bastante conhecidas para se fazerem aceitar por uma província inteira”.²

Indo contra as simplicidades de conceituação, a idéia dos círculos contrapõe duas noções que se tornaram comuns nos apanhados sobre política no período imperial: associar o partido liberal aos grandes centros urbanos e capitais, e o partido conservador aos grandes potentados rurais. Como é comum de se encontrar na historiografia, a idéia dos círculos beneficiará, claramente, o partido conservador, caso não haja uma deliberação mais cuidadosa. Mas é declarado que a sustentação de tal projeto (da criação dos círculos eleitorais) foi feita, principalmente, pelos políticos liberais, enquanto os conservadores desaprovaram a medida.³

A justificativa para a sustentação liberal pode ser encontrada em discurso de Saião Lobato contra o projeto, quando o mesmo diz que “a representação cairá de nível quando estiver entregue a tratar ‘tão-somente de questõezinhas de localidades’, ‘ao modo da Câmara dos Deputados da França de Luís Napoleão’”⁴. Quando o senador compara esse processo com o praticado pela França, aparece-nos uma noção de limitação do poder central, uma das bases do liberalismo construído através e depois da Revolução Francesa – limitação de poder do Estado em favor da ação privada. Portanto, se há algo que podemos atribuir com propriedade em relação à maioria dos chimangos do país é uma tendência a defender a liberdade de iniciativa e as suas liberdades aí inclusas.

É importante deixar claro que, quando se põe em debate a situação das autonomias locais, não significa exatamente levar o poder somente aos grupos rurais. Se assim fosse, ao menos no Ceará essa questão não faria sentido e não estaria relacionada com certa decadência de poder justamente para alguns grupos políticos rurais. Exemplificando-a, sirvo-me dos Fernandes Vieira (carcarás) do Saboeiro, na região do sertão dos Inhamuns. O elemento político carcará já era forte em nível de província e estabelecia domínio dentro do partido conservador na década de 1840. O poder vindo das várias localidades no interior do Ceará

nunca esteve segregado da política da província. Pelo contrário, proponho a idéia de que foram justamente as forças do interior que primeiro estabeleceram a preponderância política na região.

O teor da discussão em torno dos círculos, então, não foge da situação específica do Ceará. Sérgio Buarque apresenta, inclusive, um deputado cearense, de partido não especificado, envolvido na discussão e contra os círculos. Conseqüentemente, quando se fala em autonomia local, o fundamento do círculo não é a transferência de poder da capital para o sertão, no caso cearense, até porque muitos desses grupos do sertão eram compostos por políticos notáveis para toda a província. Assim sendo, independente da localização, a idéia eleitoral sofre mudança significativa quando a ficha de eleição deixa de contar com diversos nomes entre deputados de toda a província e passa a contar apenas com os candidatos do círculo, geralmente conhecidos pelos habitantes locais, sendo apenas um eleito.

Mas isso não quer dizer que no Ceará os antigos políticos reconhecidos e afamados por toda a província estivessem perdendo seu poder. Não podemos exagerar ao enxergar a mudança eleitoral dos círculos nesse período. É inocência pensar que um Miguel Fernandes Vieira chegasse a sofrer golpe tão expressivo com o advento desses círculos. Ingenuidade semelhante é achar que a influência de tais políticos diminuiu a partir desse momento. Na edição de 19 de fevereiro de 1861, o jornal liberal *Cearense* apresentou uma carta vinda do Icó no noticiário. Afirmava a carta que houve atuação direta de Miguel Fernandes Vieira em eleição ocorrida no Icó, na mesma data da eleição de Telha, região que poderia ser afastada o suficiente do Saboeiro para fugir dessa influência. Todavia, Miguel Fernandes chegou a ser Visconde do Icó.

Há provas suficientes para concluirmos que as distâncias, apesar de terem a capacidade de levar regiões a escaparem da influência de outras, nem sempre eram empecilho suficiente. Há casos em que nem as fronteiras impediam a ação política de determinados grupos. Billy Chandler (1980) nos mostra que os Feitosas⁵ dos Inhamuns foram acusados de aliciar e transportar pessoas do Piauí para votar no Ceará.⁶

No entanto, é fato reconhecido que o partido liberal, no contexto da implementação dos círculos eleitorais, conseguiu importantes vitórias em eleições para deputado, como também para o senado.⁷ Ao que parece, as disputas entre partidos se acirraram no sentido de

maior competitividade. A conjuntura de um partido ascendendo ao poder, enquanto outro buscava por sua permanência, gerou condições propícias para querelas mais obstinadas.

POLÍTICA E SOCIEDADE

Sem perder de vista a discussão proposta, é importante analisar agora outros aspectos da situação política e social no período. As eleições não envolvem apenas leis e políticos. O aliciamento de eleitores no Ceará, há pouco citado, é, inclusive, fator fundamental para se compreender a política na província. A própria estrutura social na região possibilitaria o aliciamento desses votantes de uma forma peculiar.

Não obstante o fortalecimento do capital comercial e da capital Fortaleza no início do século XIX, o interior do Ceará continuava tendo grande importância econômica, assim como a pecuária, mesmo enfraquecida. A estrutura social no interior dessa província compreendia, principalmente, os moradores, que viviam e trabalhavam em terras alheias, e os fazendeiros, donos de tais terras. Embora havendo uma mudança dos gêneros produzidos e exportados pela província, a estrutura hierárquica do trabalho permanecia, e os moradores continuavam como classe produtiva, mas, na prática, subordinada aos donos de terra – não que aqui houvesse uma subordinação exatamente forçada.

É reconhecido que as relações entre moradores e fazendeiros não envolvia apenas questões de trabalho: havia códigos de conduta e comportamento (não tão formais para se chamar de “código”, é verdade) entre as duas partes que extrapolavam a simples relação senhor-empregado. Algo que pode ter influenciado essa continuidade é o fato de que o trabalho no Ceará sofreu poucas modificações com o fim do tráfico internacional de escravos em 1831. Enquanto que em muitas províncias a economia estava basicamente assentada na força de trabalho escrava, no Ceará o trabalho livre foi o de principal emprego. Ou seja, o trabalho livre que se tornou corrente no Brasil já era empregado no Ceará, não sendo assim necessária uma mudança na estrutura do trabalho em boa parte do sertão. Sobre esse tema, é interessante considerar o que diz Freire Alemão em meio a citações sobre a recepção dada por um fazendeiro, Sr. Firmino, major da Guarda Nacional, assim que se preparava para sair do Icó em direção ao Crato:

Tem estabelecidos em suas terras 300 moradores, os quais não pagam arrendamentos; mas diz ele que, quando precisa de trabalhadores, eles se prestam de graça, dando-lhes só alimentos, reunindo às vezes 200 ou 300 homens. Em ocasiões de eleições dá o major Firmino uma carga de 400 votantes no Icó. É do partido caranguejo. (Alemão. 2006. P. 191)⁸

Tendo permanecido a divisão entre moradores e fazendeiros, era realmente de se esperar que os últimos continuassem a fazer uso de seus moradores para obter benefícios políticos. Era comum que políticos do interior (em sua imensa maioria fazendeiros) juntassem seus moradores e os acompanhassem até os locais de votação, fosse para votarem em si, ou em seus aliados políticos. No caso do major Firmino, ele não abrigava moradores de forma regular, mas nas épocas em que precisasse. Nem por isso a sua carga de “400 votantes” era menor, sendo, aliás, uma soma vultosa.

Com relação a esses eleitores e à legalidade de participação nas eleições, há denúncias de que a renda exigida para a elaboração do registro era, por vezes, declarada, província afora, de maneira propositalmente errônea. Tomava-se tal atitude para que possível fosse o voto de moradores pobres, além de criminosas alterações de livros de eleitores. Chandler cita, até, o hílare caso de um Dr. Marrocos que chega a esconder o livro de eleitores com o qual estava insatisfeito. Pelo visto, as eleições em torno de 1860 estavam repletas de manobras ilegais.

Assim como a política deveria ser exercida pelos cidadãos mais abastados, a justiça estava sujeita a alterar-se em função do poder de determinadas pessoas. Há todos os indicativos para pensarmos que, no Brasil, era realmente a capacidade de burlar a lei que determinava o que deveria ser chamado de poder, em uma noção semelhante à de Sérgio Buarque.

No entanto, muito dessa capacidade de burlar a lei em favor próprio demandava uma inserção nos círculos formais da política. Por mais que vissemos mesmo os Feitosas que não eram políticos abusando de sua influência nos Inhamuns, era importante que o poder da família tivesse uma base política legal. A política não parecia ser apenas uma carreira para adquirir fortunas, mas para aumentá-las. Destarte, o poder político era então indissociável do poder econômico. Como meios para conseguir essa base política, era freqüente que se recorresse a práticas ilícitas. As eleições aqui estudadas nos mostram que os caminhos utilizados poderiam chegar ao extremo dos conflitos armados e não apenas a sutilezas nas declarações de renda e alterações em cadernos de eleitores.

Contudo, segundo a administração da província, as eleições no Ceará ocorriam de forma tranqüila, salvo algumas. De acordo com Antonio Marcellino Nunes Gonçalves (1860), presidente da Província do Ceará, em seu relatório à administração seguinte de Pinto de Mendonça, as eleições ocorridas na vila da Telha durante seu mandato foram problemáticas devido a “*causas inopinadas*”, acidentais. Tais causas, porém, não foram tratadas além do nível de acidente no relatório, sem especificação de quais geraram esses “*tristes acontecimentos*”. Embora ocupasse o início do relatório e atormentasse a tópica de Tranqüilidade e Segurança Pública do mesmo, o presidente termina por elogiar as eleições subseqüentes (a de 10 de setembro fora anulada e feita em dezembro) como uma mostra de boa índole dos habitantes da Capitania, que superavam, assim, uma “*crize eleitoral*”. O presidente chega a admitir, porém, que havia interesses em jogo nessas eleições, além de “*paixões políticas sempre violentas e perigosas*”.

ELEIÇÕES CONTURBADAS: O EVENTO EM TELHA

A eleição que deveria ter ocorrido em Telha figurou em jornais da época e posteriores, além de em livros como *Datas e Fatos Para História do Ceará*, de Barão de Studart.⁹ Isso aconteceu não exatamente por ser uma eleição de todo incomum no Ceará, mas pela quantidade de sangue que se verteu no entorno da paróquia (as eleições eram realizadas em paróquias). Há versões divergentes para o caso, a maioria feita por defensores do partido liberal, o que mais se sentiu ferido com o conflito. Neste, morreram treze pessoas, segundo algumas fontes, e quatorze segundo João Brígido¹⁰, sendo que o número de feridos varia de trinta a quarenta, dependendo da fonte consultada.

O embate foi travado justamente entre forças políticas opostas, observando que o delegado de polícia, morto em conflito, posicionava-se ao lado dos conservadores durante o tiroteio (além dele, um líder chimango também tombou). Esse posicionamento do delegado nos mostra algo repetido diversas vezes por Abelardo Montenegro¹¹: os partidos que se encontravam no poder faziam uso de todos os artifícios legais que pudessem para combater seus adversários, artifícios estes que iam do alistamento obrigatório à perseguição policial. Vale lembrar que o delegado de polícia era nomeado pelo partido que estivesse no governo.

No que concerne ao incidente em Telha, o sucessor de Pinto de Mendonça, Manoel Antonio Duarte de Azevedo, em relatório dirigido à Assembléia da Província em sessão

ordinária de 1861, examina de forma mais detalhada as eleições ocorridas na Província do Ceará. O presidente observa que as disputas eleitorais, não raro, poderiam gerar conflitos mais acirrados e enaltece Nunes Gonçalves, presidente da Província na ocasião das eleições, pelas medidas tomadas para prevenir acontecimentos mais violentos¹². Segundo Duarte de Azevedo (1861), o “*sinistro acontecimento que teve lugar na vila da Telha*” foi algo que fugiu de toda a prudência e boa vontade do então administrador, mas completamente dentro da realidade social da época, apesar de chegar às últimas conseqüências no caso dessa disputa, que talvez tenha tomado a proporção alcançada devido a rixas anteriores entre os contendores, segundo sua perspectiva.

Acerca da relação conflituosa entre os partidos e possíveis rixas entre as partes envolvidas, podemos utilizar passagem do diário de viagem de Freire Alemão, em que descreve detalhes da vila do Aracati, para pensarmos:

Os partidos políticos foram aqui extremosos e divididos e animados uns contra os outros de um modo singular: cada um partido habitava as casas de uma parte da grande rua; como ainda hoje: numa rua é chimango, a outra caranguejo; cada um tinha sua igreja, não se cumprimentavam; perderam-se as relações de famílias, entre os dissidentes; insultavam-se mutuamente e estava sempre de quem vive? ou alerta uns contra os outros. As eleições eram verdadeiras batalhas, nunca se faziam sem sangue: e é a gente tão amestrada nisso, direi antes tão turbulenta, que eram chamados a fazer eleições em outros lugares. Como ontem nos disse aqui o boticário¹³, praticavam de toda a qualidade de bandalheiras e falsificações.(Alemão. 2006. P. 68)

Posteriormente, o autor dirá que os conflitos poderiam estar muito mais ligados a contendas entre desafetos do que realmente à questão política. Capanema¹⁴ também questionará o aspecto de serem os pleitos ocorridos nas paróquias, locais propícios para a resolução de problemas e desentendimentos anteriores, sem descartar, contudo, a idéia de real conflito político.

Além de discordarem, em relação ao presidente Nunes Gonçalves, das noções de que as causas das peijas eram geralmente acidentais e raramente ocorreriam, os autores opinam sobre os possíveis motivos. A despeito disso, parece-me claro que as disputas em torno das eleições dificilmente se resumiriam a expressões máximas de diferenças pessoais, até porque é difícil definir o que seriam causas pessoais e causas políticas. A guerra entre Montes e

Feitasas, por exemplo, conta com diversas explicações para o seu início, algumas envolvendo relações mais pessoais, outras abordando questões de disputa por terra e fronteiras de sesmarias (curiosamente, a região de Telha, ao que tudo indica, era uma área de indefinição entre sesmarias concedidas às duas famílias por volta do século XVIII).

Por conseguinte, o que se nota é um emprego da força no decorrer do processo eleitoral que, em último caso, visa a resolver queixas pessoais. E se realmente essas disputas existem, o mais provável é que haja relação com interesses econômicos e fundiários, e não simples desavenças sentimentais – as eleições problemáticas são muitas para que possamos estabelecer como regra de uma província as questões de tal ordem.

Eleições sanguinárias eram correntes no Ceará, apesar de não serem realmente comuns as que atingissem os números obtidos na vila da Telha. Guilherme de Studart cita mortes dentro da paróquia na eleição de 1856 em Granja, e o jornal *O Araripe*, em seu número 237, edição de 1860, dá destaque à eleição ocorrida em Missão-Velha em 1856:

Em 1856 correu sangue, e a eleição não passou de um attentado contra a moral pública (...) já e fato verificado que, com o pessoal, de que despõe o partido saquarema de Missão-Velha, jamais haverá alli uma eleição regular.(Jornal *O Araripe*, nº237)

Entretanto, a eleição de Telha foi realmente incomum pelo número de mortes. O jornal *O Cearense* cita casos de morticínio em eleições por todo o Brasil em edição de 5 de fevereiro de 1861, na seção de Notícias Diversas:

As eleições no Brasil desta vez custarão bem caro á humanidade. O chamado partido conservador para conservar a presa fez succumbir a ferro, e bala 31 victimas, conhecidas, afora mais de duzentos ferimentos, e sendo em

Rio Grande do Sul (Caxoeira)	2
S. Paulo (Caçapava)	3
Bahia (Tapera)	1
Pernambuco (Recife e Agoas Bellas)	11
Ceará (Telha)	13

Pode adicionar-se 22 mortes do Caliope. Muito custa ao paiz conservar os conservadores no poder.(Jornal *O Cearense*, 5 de fevereiro de 1861)

Em edição anterior, de 22 de janeiro, o mesmo periódico noticia sobre a eleição de Águas Bellas, numerada há pouco. A curiosidade no caso da notícia acima é que a publicação vinda de correspondência do Serinhãem, escrita ainda em janeiro, compara o morticínio em Águas Bellas diretamente com o conflito ocorrido em Telha:

O morticínio da Telha foi alli reproduzido com a circunstancia agravante de ser cometido dentro da igreja (...) Seis indivíduos cahiram mortos dentro do recinto sagrado a balas e facadas...(Jornal *O Cearense*, 22 de janeiro de 1861)

Certamente, as publicações aqui transcritas eram parciais por virem de órgãos liberais, mas notícias sobre a eleição analisada não encontrei em periódicos conservadores (fica aqui a garantia de revê-los e buscar, com ainda mais obstinação, as referências aos embates discorridos). Não poderei, neste momento, afirmar que os periódicos conservadores simplesmente o fariam por interesse em manter essas notícias na obscuridade, mas também não se trata de uma possibilidade descartada. É fato, porém, que tais notícias figuravam com maior presença nos jornais e congêneres do partido liberal.

A despeito de não ter encontrado notícias vindas de posicionamento conservador, o viajante Barão de Capanema escrevia, em carta, que ambos os lados se acusavam entre si, o que demonstra que é possível encontrar fontes conservadoras a esse respeito. Capanema produziu, inclusive, uma das fontes aqui examinadas sobre o pleito de 10 de setembro em Telha. De acordo com Capanema, “*foi essa carnificina mais violenta que a gloriosa batalha de Moron, onde o exército imperial perdeu nove praças, ou a memorável passagem do Toneleiro*”.¹⁵

CONCLUSÃO

No estudo aqui feito, procurei observar a eleição de Telha como um fato excepcional da época no Ceará. Mas tal exceção não se dá pela ocorrência de mortes, e sim pelo exagero numérico da situação. Como disse antes, não era tão incomum que os esforços para vencer disputas políticas e agarrar-se na legalidade atingissem esses extremos. Diante disso, a eleição da vila da Telha foi um exemplo singular das características políticas no sertão cearense.

Já como meio de estabelecimento político, foi possível perceber coerção inclusive de clérigos a seus fiéis na Telha em 1857¹⁶ – o sacerdote ameaçava de negar os sacramentos aos que se recusassem de participar das eleições, evidentemente, votando no partido que apoiava. Sendo assim, é claro que o emprego da violência não se torna imediatamente meio para se obterem vantagens durante as disputas, mas pode ser compreendido tanto como forma de controlar uma situação que escapa do planeio, como uma própria forma de descontrole em si. Nos dois casos, é indiscutível a disposição em se adquirir o poder através de uma prática que não seria possível sem a própria concentração anterior de poder, que dá condições para que isso ocorra.

Devido à delimitação do tema, este artigo, que é parte de um anteprojeto, deu maior foco a questões estruturais em detrimento de temas mais voltados às relações entre pessoas. Entretanto, busquei não deixar esse aspecto de todo segregado no trabalho, algo que, creio, é possível perceber. Tampouco houve intenção de se entender os eleitores como simples massa de manobra dos interesses de grandes proprietários. Os moradores, aliás, não eram os únicos cidadãos envolvidos no processo eleitoral; havia eleitores que não se filiavam a partido algum e que, por vezes, eram alvo de compra de votos, como coloca Sylvia Porto Alegre (2006).

Acredito, porém, que atendidas foram as especificações do tema que o artigo se propôs a investigar. Contudo, não é meu propósito estacionar a pesquisa por aqui. O tema desperta meu interesse e presumo que a abordagem trabalhada tem relevância suficiente para que haja continuidade a ponto de transformar essa investigação inicial em projeto.

NOTAS

¹ BARRETO, Vicente. Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro.

² Idem. P. 73.

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II O Brasil Monárquico, volume 5. Reações e transações.

⁴ Idem. P. 68

⁵ Algo importante a se observar é o fato de que os Feitosas eram grandes proprietários rurais e, mesmo assim, filiados ao partido liberal. Nesse caso, tudo leva a crer que esse posicionamento se devia muito mais à oposição em relação a outros grupos e famílias dos Inhamuns, como os Fernandes Vieira, do que por afinidade ideológica com o partido. Isso nos ilustra também que os grupos rurais nem sempre seriam de alinhamento conservador.

⁶ CHANDLER, Billy Jaynes. Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns; a história de uma família e uma comunidade do Nordeste do Brasil – 1700-1930. Tradução de Alexander F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza, Edições UFC; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

⁷ PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Os Ziguezagues do Dr. Capanema. P. 90

⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão Fortaleza-Crato, 1859. / Francisco Freire Alemão. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

⁹ STUDART, Guilherme, Barão de. Datas e Fatos para a História do Ceará. 1897.

¹⁰ BRÍGIDO, João. Unitário. 15 fev. 1917 apud. Abelardo Montenegro.

¹¹ MONTENEGRO, F. Abelardo. Os Partidos Políticos do Ceará.

¹² Guilherme de Capanema apresenta noção ferozmente contrária à defesa feita por Duarte de Azevedo: “*Nós já temos tão numerosos exemplos de eleições sangrentas, e mesmo assim a administração não sabe tomar medidas adequadas a prevenir desgraças, sobretudo quando ela tem aviso. É sina de quem arrotamuita severidade e não tem energia, nem força moral suficiente para se fazer respeitar*”. P. 36

¹³ Importante ter atenção para não pensar que Freire Alemão se refere ao boticário Antonio Rodrigues Ferreira, da facção boticário-carcará.

¹⁴ CAPANEMA, Guilherme Schuch de. Zig-Zag da seção geológica da comissão científica do Norte. P. 36

¹⁵ Idem. P.35

¹⁶ CEARENSE, 20 de Janeiro de 1857. Apud. Abelardo Montenegro.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE PROVÍNCIA:

Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1860 o excellentissimo senhor doutor Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, presidente 'esta provincia. Ceará. Typ. Brasileira de Paiva e Companhia, 1860

Relatório com que o Dr. Antonio Marcelino Nunes Gonçalves passa a administração da província ao 1º vice-presidente da mesa o Sr. Cônego Antonio Pinto de Mendonça em 9 de abril de 1861. Impresso na Typografia Brasileira de Paiva & Companhia

Relatório com que Conego Antonio Pinto de Mendonça passa a administração da província do Ceará Exmo. Sr. Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo em 6 de maio de 1861. Typ. Brasileira de Paiva e Companhia, 1861.

Relatório que á Assembléa Provincial do Ceará apresentou no dia da abertura da sessão ordinaria de 1861 o presidente da provincia, doutor Manoel Antonio Duarte de Azevedo. Ceará, Typ. Brasileira de Paiva & Companhia, 1861.

Todos os relatórios se encontram disponíveis em: <http://www.crl.edu/content/brazil/cea.htm>